

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CIÊNCIAS ECONÔMICAS COM ÊNFASE EM CONTROLADORIA**

MEIRIELI JHEINNIFER SOUZA

**CELSO FURTADO, A VISÃO HOLÍSTICA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E A IMPORTÂNCIA DO MINISTÉRIO DA CULTURA**

VARGINHA/MG

2025

MEIRIELI JHEINNIFER SOUZA

**CELSO FURTADO, A VISÃO HOLÍSTICA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E A IMPORTÂNCIA DO MINISTÉRIO DA CULTURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria pela Universidade Federal de Alfenas.

Área de concentração: Economia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Renata Bianconi

VARGINHA/MG

2025

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Campus Varginha

Souza, Meirielei Jheinnifer.

Celso Furtado, a visão holística do desenvolvimento econômico e a importância do Ministério da Cultura / Meirielei Jheinnifer Souza. - Varginha, MG, 2025.

42 f. -

Orientador(a): Renata Bianconi.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2025.

Bibliografia.

1. Celso Furtado. 2. Cultura. 3. Ministério da Cultura. 4. Desenvolvimento Econômico. I. Bianconi, Renata, orient. II. Título.

Ficha gerada automaticamente com dados fornecidos pelo autor.

MEIRIELI JHEINNIFER SOUZA

**CELSO FURTADO, A VISÃO HOLÍSTICA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E A IMPORTÂNCIA DO MINISTÉRIO DA CULTURA**

O(A) Presidente da banca examinadora abaixo assina a aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria pela Universidade Federal de Alfenas.

Área de concentração: Economia.

Aprovada em: 17 de dezembro de 2025

Prof^a. Dr^a. Renata Bianconi
Universidade Federal de Alfenas

Assinatura:

Prof. Dr. Roberto Pereira Silva
Universidade Federal de Alfenas

Assinatura:

Prof. Dr. Thiago Fontelas Rosado Gambi
Universidade Federal de Alfenas

Assinatura:

Ao meu pai e a minha mãe, que transformaram sacrifício em possibilidade e fizeram da educação um gesto de amor. Este trabalho carrega o peso dos seus esforços e a leveza dos sonhos que me permitiram sonhar.

AGRADECIMENTOS

A Universidade representa um portal de transformação para aqueles que têm o privilégio e a oportunidade de acessá-la e permanecer. O pensamento de Spinoza nos permite compreender que, ao longo da vida, entramos em contato com vários tipos de afetos ativos e passivos. Para mim, a universidade simboliza um dos afetos ativos mais significativos para a evolução da vida acadêmica e, também, pessoal, que é capaz de potencializar aquilo de melhor que há em nós: o conhecimento. Trata-se de um afeto que possui caráter potencializador e permite que floresça aquilo que há de melhor em nós. O processo deste trabalho não se fez de forma solitária. É uma honra que um afeto ativo potencializador como o conhecimento nos una. Estes agradecimentos expressam a minha maior gratidão a todos os que contribuíram com a minha caminhada ao longo destes anos.

Gostaria de expressar a minha gratidão à minha orientadora Prof^a Dr^a Renata Bianconi, pela orientação criteriosa ao longo deste trabalho. A sua paciência, compreensão, apoio, incentivo, disponibilidade e sugestões valiosas foram fundamentais para me guiar ao longo do processo de pesquisa e escrita. Também expressei a minha gratidão aos professores da banca examinadora, Prof. Dr. Roberto Pereira Silva e Prof. Thiago Fontelas Rosado Gambi, pela disponibilidade, leituras atentas e contribuições.

À Universidade Federal de Alfenas e aos docentes agradeço pelo conhecimento compartilhado, que alimentou e fortaleceu, de forma duradoura, minha sede pelo saber. Além disso, agradeço aos amigos e colegas que fizeram com que a caminhada fosse mais leve. Aos servidores agradeço pelo trabalho dedicado, fundamental pelo funcionamento da nossa universidade.

À dimensão do sagrado que me sustentou neste percurso, os meus mais profundos agradecimentos. Ao meu pai, Rivaldo, a minha mãe Divina, ao meu irmão, Matheus, pilares da minha vida, dedico a mais profunda gratidão. A materialização deste trabalho não seria possível se não fosse todo o apoio, amor e esforços constantes dos meus pais, ao longo de toda a minha vida.

Muito obrigada!

“We don't read and write poetry because it's cute. We read and write poetry because we are members of the human race. And the human race is filled with passion. And medicine, law, business, engineering, these are noble pursuits and necessary to sustain life. But poetry, beauty, romance, love, these are what we stay alive for.”

- Dead Poets Society (1989)

RESUMO

Celso Furtado, renomado economista e intelectual, teve grande importância na formulação da teoria do desenvolvimento econômico. A sua grande contribuição está em incorporar a cultura à sua teoria sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico. O presente ensaio possui como objetivo principal refletir sobre as relações entre cultura e desenvolvimento econômico no pensamento de Celso Furtado. Para isto, refletiu-se, também, sobre as raízes da formação cultural e econômica do Brasil e a relação da cultura e desenvolvimento econômico para Furtado. Tais reflexões acerca do seu conceito de cultura são necessárias, pois mostram a importância de entender a formação social e cultural da sociedade brasileira. A metodologia deste trabalho possui caráter qualitativo e está baseada em uma pesquisa bibliográfica sobre o tema da cultura em Celso Furtado, utilizando como fonte as suas principais obras sobre cultura. Ademais, este estudo considera que a participação de Furtado no Ministério da Cultura (MinC) é a expressão do encontro do eixo central de sua obra, no qual ele entende que o desenvolvimento não se trata apenas do viés econômico, mas é, principalmente, cultural e simbólico, com sua atuação como homem público. O ministério representaria, assim, a materialização mais profunda do seu desejo de superação do subdesenvolvimento.

Palavras-chave: Celso Furtado; cultura; Ministério da Cultura; desenvolvimento econômico.

ABSTRACT

Celso Furtado, an important economist and intellectual, played a major role in the formulation of economic development theory. His greatest contribution lies in linking culture to his theory of economic development and underdevelopment. The present essay has as its main objective to reflect on the interplay between culture and economic development in the thought of Celso Furtado. To this end, it also reflects on the roots of Brazil's cultural and economic formation and on the relationship between culture and economic development in Furtado's work. Such reflections on his concept of culture are necessary, as they demonstrate the importance of understanding the social and cultural formation of Brazilian society. The methodology of this study is qualitative in nature and is based on a bibliographic review of the theme of culture in Celso Furtado, using his main works on culture as sources. Furthermore, this study considers Furtado's participation in the Ministry of Culture (MinC) to be the expression of the convergence between the central axis of his work, through which he understands that development is not merely an economic matter, but primarily a cultural and symbolic one, and his role as a public figure. The ministry thus represents the most profound materialization of his desire to overcome underdevelopment.

Keywords: Celso Furtado; culture, Ministry of Culture; economic development.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Objetivos e Ações das Políticas Culturais do Ministério da Cultura (1986-1987)	34
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABL - Academia Brasileira de Letras
- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- MinC - Ministério da Cultura
- ONU - Organização das Nações Unidas
- SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 AS RAÍZES DA FORMAÇÃO CULTURAL E ECONÔMICA DA SOCIEDADE BRASILEIRA	15
3 RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CULTURA PARA CELSO FURTADO	22
4 O MINISTÉRIO DA CULTURA E O PENSAMENTO DE CELSO FURTADO	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

1 INTRODUÇÃO

Celso Furtado, um importante intelectual e economista brasileiro, teve uma significativa participação na construção da teoria do desenvolvimento econômico em suas múltiplas dimensões, voltada a explicar as especificidades dos países periféricos. Sua teoria do subdesenvolvimento é uma das mais relevantes para a ciência econômica (Sousa; Theis; Barbosa, 2020) e ele teve um papel importante na Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe - CEPAL (1949-1957), além de um papel central na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (1959-1964). Além destas participações, Furtado também ocupou cargos ministeriais, primeiro como Ministro do Planejamento (1962-1963) e no período de redemocratização, atuou como Ministro da Cultura (1986-1988). A partir de uma visão interdisciplinar da economia, Furtado buscou entender a realidade brasileira por meio de várias vertentes e de forma holística, como, por exemplo, a cultura e o desenvolvimento.

Compreende-se que as necessidades dos indivíduos não são apenas fisiológicas, mas também são culturais e criativas. Furtado buscava entender o fenômeno cultural e criativo brasileiro através da visão histórica e filosófica do elo entre a cultura e o desenvolvimento (D'Aguiar, 2012). Para ele, era importante entender os processos de ruptura pelas quais a cultura brasileira passou e explorar as influências europeias sofridas desde a chegada dos portugueses ao Brasil a partir do século XVI (Bolaño, 2015) e a dependência cultural a partir disso. Dessa maneira, Furtado formulou uma concepção das ideias do desenvolvimento a partir da formação social e cultural do Brasil. De acordo com Rodriguez (2009), a grande contribuição de Furtado está nesse caráter particular de atribuir à cultura um papel fundamental em toda a teorização do desenvolvimento, e, também, apresentando ideias que vão de encontro às ideias neoliberais.

Ele buscou entender e esmiuçar o processo de desenvolvimento das economias mundiais e as suas características e propôs a ideia de que o processo de desenvolvimento não acontece da mesma forma em todas as economias. Isso ocorreria devido a uma peculiaridade dos países subdesenvolvidos: os padrões de consumo de uma camada social economicamente privilegiada eram os mesmos da sociedade dos países desenvolvidos, o que gerava uma maior concentração de riqueza e, conseqüentemente, aumentava a desigualdade (Furtado, 1974).

A teoria furtadiana relacionada aos temas culturais é assunto de estudos de vários autores, como Alfredo Bosi (2008), Cesar Bolaño (2015), Rosa Freire D'Aguiar (2012) e

Octavio Rodriguez (2009). Bolaño (2015) fez uma leitura sistemática da obra do autor, notando a coerência teórica-crítica em seu pensamento. Ele o considera importante uma vez que os estudos de Furtado utilizam-se da multidisciplinaridade por meio da cultura para entender o desenvolvimento econômico. Bosi (2008) também destaca a importância das discussões de Furtado, pois oferece uma visão holística da realidade para entender o desenvolvimento econômico que visa a criação de uma sociedade em que as potencialidades do ser e da coletividade sejam livres. Rosa Freire afirma que a originalidade de Furtado está em se utilizar do seu recurso de cientista social. Conforme Rodriguez (2009, p.407), “diferentemente de outros estruturalistas latino-americanos, este autor aborda com amplitude o tema da cultura e estabelece uma conexão explícita entre cultura e desenvolvimento”, isto é, a grande originalidade da obra de Celso Furtado está na forma como incorpora a forma sistemática da dimensão cultural em seus estudos que enfatiza a relação entre cultura e desenvolvimento.

Apesar do seu reconhecimento singular entre os economistas, as reflexões de Furtado acerca do seu conceito de política cultural e criatividade foram pouco discutidas na literatura até os anos mais recentes, mesmo tendo estado à frente do Ministério da Cultura, no ano de 1986, durante o governo de José Sarney (Borja, 2019). As análises econômicas, de forma geral, não levam em consideração a intersecção da cultura com o desenvolvimento econômico.

Ao fazer uma breve pesquisa do estado da arte no Portal de Periódico da CAPES, no mês de novembro de 2025, percebe-se que há estudos e reflexões considerando a teoria furtadiana no âmbito cultural. Considerando as palavras-chave “Celso Furtado” e “Cultura”, com um recorte temporal disponibilizado pelo portal de 1961 a 2025, resultaram da pesquisa um total de 52 estudos. As pesquisas buscam entender a relação entre cultura e desenvolvimento, o desenvolvimento endógeno, a teoria da dependência cultural, as políticas culturais de Furtado durante a sua gestão como Ministro da Cultura, criatividade como ativo, relação entre educação e cultura, legado de Furtado e as perspectivas epistemológicas.

Adicionando a palavra-chave “Ministério”, para englobar o Ministério da Cultura, obtém-se apenas 3 trabalhos que abordam sobre a política de patrimônio cultural, análises das entrevistas de Furtado durante a sua atuação como Ministro e análises dos desafios das políticas culturais no Brasil. Compreende-se que apesar de ser um intelectual muito estudado no âmbito econômico e cultural, há poucas pesquisas discutindo a importância do ministério da cultura em seu pensamento.

Neste contexto, levando em consideração a importância do debate sobre a dimensão

cultural e a criatividade, faz-se necessário apresentar o conceito de cultura em Celso Furtado, a fim de compreender como isso implica no desenvolvimento econômico. O estudo da teoria furtadiana sobre o conceito de cultura e a relação com o desenvolvimento econômico é importante devido a sua contribuição para entender a particularidade da formação social e cultural do Brasil, fundamentada a partir do entendimento do processo de colonização e nas cicatrizes de exploração com interesses comerciais e econômicos, além da violência contra a sua população. E, além disso, Bolaño (2015) ainda afirma que Celso Furtado é um caso único de intelectual da Economia Política por ter estudado essa relação entre desenvolvimento econômico e invenção cultural.

Dado a importância do encadeamento do desenvolvimento econômico e da cultura no pensamento de Celso Furtado e a pequena discussão na literatura sobre o tema da importância do ministério da cultura para ele, o presente ensaio visa explorar a ideia holística de desenvolvimento econômico presente no pensamento de Celso Furtado, no qual se entrelaçam a cultura e economia.

Dessa forma, o objetivo central deste estudo é *refletir sobre as relações entre cultura e desenvolvimento econômico no pensamento de Celso Furtado*. As reflexões acerca do seu conceito de cultura são necessárias, pois mostram a importância de entender a formação social e cultural da sociedade brasileira, que está intimamente ligada à dinâmica da colonização e como isso implica na construção da teoria do desenvolvimento econômico.

Além disso, os objetivos específicos do estudo focam em refletir sobre as raízes da formação cultural e econômica do Brasil; identificar o conceito de cultura para Furtado; refletir sobre a relação de cultura e desenvolvimento econômico segundo a teoria furtadiana e, por fim, refletir sobre a importância do Ministério da Cultura para Celso Furtado como meio de atingir o desenvolvimento econômico.

A metodologia deste ensaio possui caráter qualitativo e está fundamentalmente baseada em uma pesquisa bibliográfica sobre o tema da cultura em Celso Furtado. Para esse fim, as fontes de pesquisa foram textos e discursos de Celso Furtado que permeiam o tema da cultura. Foram utilizados o filme-documentário “Choque Cultural” dirigido por Zelito Viana (1977), importante registro audiovisual do pensamento de Furtado sobre a cultura, bem como obras do autor que abordam essa temática, tais como “Criatividade e Dependência na Civilização Industrial”, publicado em 1978, “Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise”, publicado em 1984, e os “Ensaio sobre a Cultura e o Ministério da Cultura” organizado por Rosa Freire D’Aguiar, publicado em 2012.

A estrutura do trabalho está dividida entre esta introdução, seguida de três capítulos

que refletem sobre o tema. O primeiro capítulo se refere à formação econômica e cultural do Brasil por meio do olhar de outras interpretações e, principalmente, da visão furtadiana da formação econômica e cultural do Brasil. O segundo capítulo aborda a relação entre a teoria do desenvolvimento econômico e cultura para Celso Furtado. Já o terceiro aborda a importância de um Ministério da Cultura para a práxis do pensamento de Furtado e como o Ministério pode ser uma ferramenta para que o subdesenvolvimento seja superado. Feitas as discussões teóricas deste trabalho, seguem-se as considerações finais sobre o ensaio.

2 AS RAÍZES DA FORMAÇÃO CULTURAL E ECONÔMICA DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Para falar em cultura brasileira, é necessário refletir sobre a formação das raízes da nossa sociedade. Existem, na literatura, diversas interpretações sobre a formação cultural, social e econômica do Brasil, como, por exemplo, Gilberto Freyre (1933), Sérgio Buarque de Holanda (1936), Caio Prado Júnior (1942), Celso Furtado (1959; 1978; 1984), Alfredo Bosi (1992) e Darcy Ribeiro (1995). Possuindo pontos de vista diferentes, todos eles partem de um mesmo ponto em comum para explicar a sua teoria: o processo de colonização portuguesa no Brasil.

O Brasil que hoje conhecemos é fruto da expansão marítima e da chegada dos portugueses no século XVI, dando início ao processo de colonização. A formação cultural e econômica do Brasil baseou-se na colonização por meio da exploração da terra e escravização de povos originários e africanos, deixando marcas profundas deste processo até os dias atuais.

De acordo com Boris Fausto (2019), a colonização trouxe notáveis mudanças para a dinâmica da nova terra encontrada pelos portugueses. Eles influenciaram tanto a dinâmica econômica que se baseava em uma economia de subsistência, como a população que ali se encontrava e que habitaria o país posteriormente. Essa população passou por grandes violências, que resultaram em mortes e em mudanças culturais. A chegada dos europeus trouxe mudanças na sociedade ali estabelecida, sucedendo, mais tarde, em uma população mestiça. Como destacam Veloso e Madeira (1999), o contexto de formação da sociedade brasileira foi o da colonização e esse passado ainda influencia como nos enxergamos hoje em dia, isto é, a identidade brasileira é resultado dos acontecimentos que envolveram as misturas étnicas e dos conflitos.

Formada no bojo de um processo histórico colonial, responsável por muitos dos traços que ainda perduram na percepção que temos de nós mesmos, a sociedade brasileira, intrinsecamente multiétnica e multicultural, exibe hoje fisionomia singular, advinda das contínuas trocas e dos conflitos entre as diferentes tradições que aqui se encontraram e enraizaram (Veloso; Madeira, 1999, p. 27).

Quando se fala em formação econômica e cultural do Brasil, é evidente que não há apenas uma forma de se fazer ciência. A ciência, quando é produzida, parte de um lugar social e histórico determinado (Kilomba, 2019); assim, é inevitável que existam diferentes pontos de vista e distintas interpretações, uma vez que o conhecimento não é neutro. E a partir da perspectiva em que é contada, a história será construída e o imaginário daquela sociedade também. Ao longo das décadas, a colonização também foi entendida de diversas formas. Desde o ponto de vista conservador em que os colonizadores eram os heróis que descobriram a nova terra até ao ponto de vista dos colonizados que foram invadidos e explorados.

Em “Casa-grande & Senzala”, publicado no ano de 1933, de acordo com Araújo (1994), Gilberto Freyre fazia um grande elogio à miscigenação por meio da sua ideia de “democracia racial”. A sua contribuição consistia na busca de criar uma identidade nacional, separando raça de cultura e afirmando a relevância das outras culturas ao explicar a dinâmica social ocorrida no Brasil, “representando uma etapa avançada do liberalismo das nossas classes dominantes” (Holanda, 2014 [1936], p.25). Araújo ainda afirma que a teoria freyriana recebeu críticas, pois o

autor teria criado uma imagem quase idílica da nossa sociedade colonial, ocultando a exploração, os conflitos e a discriminação que a escravidão necessariamente implica atrás de uma fantasiosa “democracia racial”, na qual senhores e escravos se confraternizariam embalados por um clima de extrema intimidade e mútua cooperação (Araújo, 1994, p.31).

Na mesma linha em busca de entender o que transformou o Brasil no que é, Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra “Raízes do Brasil”, publicada em 1936, também buscou mostrar o entrelaçamento da cultura brasileira com a europeia em sua teoria. Como afirma Antônio Cândido (1967), em seu prefácio à obra Raízes do Brasil, Sérgio Buarque de Holanda afasta-se do que havia sido apresentado até então na historiografia brasileira ao adotar uma análise de inspiração weberiana, distanciando-se tanto do naturalismo quanto de explicações racistas sobre a formação do Brasil, isto é, ele volta-se para analisar a dinâmica da essência do povo brasileiro.

Uma outra visão para descrever a formação do nosso país veio de Caio Prado Júnior, que, segundo Antônio Cândido (1986, p.25), “representa a ideologia marxista, que tem como

referência o trabalhador”. Segundo Caio Prado Jr. (2011), o Brasil nasceu da colonização, cujo verdadeiro sentido era o de se tornar parte de uma vasta empresa comercial, com o objetivo de explorar seus recursos naturais. Neste sentido, não era objetivo dos portugueses traçar estratégias para uma nova forma de povoamento, em um novo território.

Nesse mesmo sentido, uma vez que o objetivo era comercial, o surgimento da sociedade brasileira toma forma a partir da “confluência, do entrelaçamento e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos” (Ribeiro, 2015, p.17). O que trouxe uma particularidade em sua sociedade:

a sociedade e a cultura brasileiras são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória europeia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos. O Brasil emerge, assim, como um renovo mutante, remarcado de características próprias, mas atado geneticamente à matriz portuguesa, cujas potencialidades insuspeitas de ser e de crescer só aqui se realizariam plenamente (Ribeiro, 2015, p.17).

Em sua obra “O Povo Brasileiro”, Darcy Ribeiro (2015) também expõe como a formação do Brasil é fruto da violência e da exploração, visando um interesse comercial. Segundo ele, o Brasil surgiu por meio da implantação e da interação de quatro ordens de ação empresarial, sendo elas a empresa escravista, a empresa jesuítica, a multiplicidade de microempresas de produção de gêneros de subsistência e de criação de gado e, por último, a empresa composta pelo núcleo portuário de banqueiros, armadores e comerciantes de importação e exportação. Ou seja, não se tratava de uma colonização de povoamento, mostrando que os interesses dos colonizadores eram estritamente comerciais.

Segundo Alfredo Bosi (1992), a formação cultural do Brasil foi fundamentada pela lógica da colonização, no qual atendia aos interesses mercantis voltados a enriquecer a metrópole e os mercadores.

Em síntese apertada, pode-se dizer que a formação colonial no Brasil vinculou-se: economicamente, aos interesses dos mercadores de escravos, de açúcar, de ouro; politicamente, ao absolutismo reinol e ao mandonismo rural, que engendrou um estilo de convivência patriarcal e estamental entre os poderosos, escravista ou dependente entre os subalternos (Bosi, 1992, p.25).

Bosi (1992) ainda descreve elementos fundamentais para se entender as marcas específicas que o colonialismo trouxe para o Brasil. Na época do Brasil Colônia, predominava uma camada de latifundiários, elite ligada aos europeus, com uma força de trabalho escrava, uma camada política que servia aos interesses dos senhores rurais e uma cultura letrada estamental, ou seja, o acesso à educação foi reservado apenas a uma elite econômica. Com

isso, a colonização europeia trouxe uma influência na cultura do Brasil que beneficiou as elites econômicas e refreou o acesso à cidadania, à educação e à expressão da criatividade da maioria da população, que não fazia parte da elite econômica. Essa elite econômica mais ligada à Europa tendia a copiar os padrões de consumo dos centros econômicos.

A dinâmica da colonização ligada a esse interesse comercial trouxe consequências para a formação cultural brasileira. Uma vez que a terra era explorada e seus recursos eram enviados para a metrópole e outros países através do comércio, o Brasil se encontrava em uma situação de ser apenas uma vasta empresa comercial que atendia aos interesses metropolitanos. Segundo Bosi (1992), a formação colonial estava vinculada às elites econômicas, o que gerou uma aproximação com a cultura europeia e, dessa maneira, aumentou as desigualdades sociais, uma vez que a alfabetização e o acesso à educação foram reservados a esta elite.

O tema da formação econômica e cultural também permeou o pensamento de Celso Furtado. Ele, não muito diferente de alguns intelectuais, explica que a formação do Brasil está ligada à colonização. A abordagem histórica furtadiana em sua obra *Formação Econômica do Brasil*, publicada em 1959, é conduzida por fundamentos econômicos e sociais na sua formulação teórica (Silva, 2011). Furtado analisa, entre outros aspectos, a maneira como o Brasil era frequentemente percebido como uma grande empresa agrícola. Partindo desse pressuposto, a colonização das terras do Brasil se iniciou com interesses estritamente comerciais, constituindo parte da expansão comercial da Europa no século XV (Furtado, 2007 [1959]).

Furtado entendia a singularidade dos acontecimentos históricos sofridos pelo Brasil que levaram à sua construção. Esta singularidade em seu pensamento também é visto no filme-documentário “Choque Cultural”¹, lançado no ano de 1977, em que Furtado aborda sobre a peculiaridade da formação econômica e cultural do Brasil.

Para se compreender o Brasil, o fenômeno cultural brasileiro, é importante partir dessa constatação de que o Brasil é um caso quase único de um país em que a economia de alguma maneira formou a sociedade. Historicamente, as sociedades iam se transformando, dando lugar a distintas formações econômicas e sociais. No Brasil, não (CHOQUE..., [1977], 2:30-2,59).

Ou seja, Furtado chama a atenção para o processo singular que ocorreu no Brasil, diferentemente do que aconteceu em muitas sociedades, no qual as formas econômicas

¹ Filme-documentário produzido por Zelito Viana no ano de 1975 e lançado no ano de 1977, atualmente disponibilizado para acesso no canal do *YouTube* da Mapa Filmes do Brasil.

partiam das transformações destas sociedades, e, para ele, no Brasil ocorreu algo totalmente inverso. No Brasil a predominância da sua formação parte da lógica econômica que formou o ideário não só econômico, mas também social e cultural da sociedade.

Para Furtado (1984) a formação da história do Brasil possui raízes no processo de mundialização da civilização europeia. No primeiro capítulo da obra “Cultura e desenvolvimento em época de crise”, publicada em 1984, Furtado discute as raízes da cultura brasileira. Para ele, a cultura brasileira é fruto da manifestação cultural que ocorreu devido a um período de mundialização da civilização europeia, especialmente a feita por Portugal, onde ocorreu um estreitamento geográfico das fronteiras marítimas e possibilitou a influência da cultura europeia no Brasil. Esse acontecido possibilitou que o processo de acumulação na Europa se ampliasse (Furtado, 1984).

Ainda de acordo com Furtado (1984), a mundialização da civilização europeia foi a base do movimento colonizador português. No caso brasileiro, a grande característica da colonização portuguesa, é que Portugal se manteve ligado às matrizes culturais europeias e possuía uma presença dominante politicamente e culturalmente. Com essa dominação cultural e política dos portugueses que predominava na sociedade colonizada, isso levou o povo indígena e africano a perder o contato com a sua própria cultura, pois foram isolados nessa dinâmica de colonização.

Percebe-se, então, como que esse processo de colonização feita pelos portugueses, que só foi possível devido à expansão marítima, funcionou não só como um instrumento que legitimava e reproduzia as estruturas econômicas, mas, também, moldou dinâmicas entre povos para a construção de uma sociedade singular em sua formação que estava majoritariamente influenciada e apagada pelos poucos que dominavam o poder.

Nos três séculos do período colonial desenvolve-se no Brasil uma cultura que, sendo portuguesa em sua temática e estilo, incorpora não apenas motivos locais mas também toda uma gama de valores das culturas dos povos dominados. A expressão mais forte da nova cultura apresenta-se na arquitetura e na escultura, o que não é de se surpreender, tendo em conta o espaço que ocupam na sociedade, Estado e Igreja (Furtado, 1984, p. 20).

A dominação portuguesa levou a classe dominante a criar comportamentos imitativos de consumo com a Europa. A raiz da colonização, de acordo com Furtado (1984), levou à modernização dependente², uma vez que a economia estava profundamente ancorada na

² A modernização dependente, como sintetiza Furtado (1984, p. 23) é “a utilização do excedente gerado pela especialização na exportação de produtos primários e retido localmente, para modelar os padrões de comportamento de forma a estimular a importação de manufaturas destinadas ao consumo, cristalizando um certo padrão de divisão internacional do trabalho”.

produção de bens agrícolas. Isto é, a formação econômica, social e cultural do Brasil, a partir deste período colonial, ocorreu por meio de uma economia agrícola totalmente voltada para a exportação. Uma vez que a economia do país está voltada para a exportação, ela entra em uma divisão internacional do trabalho que levou a uma modernização dependente, causando uma dinâmica de importação de bens de consumo e exportação de produtos primários. Esta dinâmica econômica influenciou diretamente as dinâmicas sociais, pois as classes economicamente mais altas estavam com os olhos voltados para a Europa, a tendo como uma grande referência. Já o povo, desprezado por esta mesma elite, cultivou a sua própria cultura que levou a desenvolver a diversidade regional que existe no Brasil ainda hoje.

As elites, como que hipnotizadas, voltam-se para os centros da cultura europeia, de onde brotava o fluxo de bens de consumo que o excedente do comércio exterior permitia adquirir. [...] O povo era reduzido a uma referência negativa, símbolo do atraso, atribuindo-se significado nulo à sua herança cultural não europeia e recusando-se valia à sua criatividade artística (Furtado, 1984, p. 23).

Uma vez que as elites se encontravam hipnotizadas com as referências exógenas e buscavam essa imitação com os padrões europeus, isso fez com que crescesse ainda mais a distância entre as classes. No documentário *Choque Cultural* (1977), Furtado afirma a distância entre as classes instaurada pelas dinâmicas econômicas.

A partir da empresa agromercantil, da sua estrutura, se cria a partir daí um sistema evidentemente econômico, um sistema social e um sistema político e daí temos duas coisas. Primeiramente, uma distância enorme entre os que mandam e os que estão embaixo, o povo; em segundo lugar, o que é muito importante, um autoritarismo quase estrutural desse sistema, em que o econômico, toda a organização econômica, tem de ser de alguma forma autoritária. (CHOQUE..., [1977], 3:31-4:05)

A distância entre as classes entre os que mandam e os que estão embaixo, faz com que o povo esteja isolado o suficiente para construir um tipo de cultura autônomo e sem nenhum tipo de influência externa, levando a uma autonomia criativa. Mas essa autonomia criativa é contestada, pois a industrialização tardia acabou redefinindo e provocando uma ruptura nesta dinâmica entre as classes sociais, deixando a presença do povo mais visível na sociedade. O mimetismo cultural está presente, principalmente, nas classes médias e, uma vez que isso ocorre, há uma redefinição e uma aproximação cultural entre esses grupos e a autonomia cultural do povo é influenciada e enfraquecida pelo mimetismo presente nas classes médias (Furtado, 1984).

Furtado, a partir dos seus estudos, percebeu a importância de se entender a influência

que a cultura, seja nos moldes da formação cultural e social ou na produção cultural, gera no desenvolvimento econômico de uma nação. Segundo Bolaño (2015) a teoria Furtadiana reitera que as sociedades periféricas tendem a copiar os padrões de consumo dos países centrais, o que leva a uma dependência cultural, pois “é o desejo das elites nacionais de reproduzir os padrões de consumo do centro, responsável pela rápida diversificação do consumo” (Bolaño, 2015, p.179).

Portanto, a formação cultural da sociedade brasileira está intimamente ligada à cultura europeia, que, por muito tempo, se não até hoje, não vê com bons olhos aquilo que está ligado às culturas populares. As elites econômicas do Brasil se espelham na cultura europeia como um ideal a ser seguido, seja nos padrões de vida, consumo, literatura ou arte. Com o auxílio das reflexões dos autores, pode-se entender que o processo de colonização trouxe marcas profundas para a sociedade brasileira, influenciando diretamente na construção do seu ideário e na construção cultural e social, deixando marcas de desigualdade social, extermínio dos povos indígenas, escravidão e desigualdade racial, devido ao grande interesse comercial que houve desde a colonização.

É importante frisar que, embora o país tenha sido frequentemente tratado como um negócio desde sua formação, ele é constituído por pessoas cujas vontades, sonhos e desejos foram profundamente moldados pela colonização econômica e cultural. Neste tocante, é importante a busca pela transformação e mudança deste cenário que foi herdado da colonização. De acordo com Furtado (1984, p. 28), “somente a vontade política é capaz de canalizar as forças criativas para reconstrução de estruturas sociais avariadas e a conquista de novos avanços na direção de formas superiores de vida”. Ou seja, é necessário que haja uma centralidade política consciente que seja capaz de confrontar as relações de poder dominantes que sustentam esta dependência cultural com os países centrais; também é necessário um papel estratégico da criatividade buscando fomentar a cultura nacional e a criatividade do povo, para que seja possível combater e transformar as estruturas sociais resultantes do processo de colonização que levou à dependência.

3 RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CULTURA PARA CELSO FURTADO

Buscar uma centralidade política consciente, capaz de confrontar as dinâmicas de poder, também é buscar refletir a relação entre o desenvolvimento econômico e a dimensão cultural. Isto é, refletir sobre desenvolvimento econômico e cultura para o pensamento de Furtado é refletir sobre um espaço nas ciências econômicas em que não possui como foco central apenas as dinâmicas econômicas, mas sim a reflexão multidisciplinar. A cultura, no pensamento de Celso Furtado, não ocupa um lugar secundário na teoria do desenvolvimento econômico, se trata do ponto central. E esta ideia central parte da pretensão em explicar as singularidades no que tange ao (sub)desenvolvimento nos países periféricos, principalmente do Brasil. A teoria furtadiana considera e incorpora em seu pensamento múltiplas dimensões, como, por exemplo, a filosófica, histórica, social e cultural. A dimensão cultural em seu pensamento é a ideia principal das condições necessárias para almejar a superação do subdesenvolvimento.

Celso dominou como poucos a lógica e as ferramentas econômicas, mas soube ir muito além. Com seus primeiros livros, entre eles o clássico *Formação Econômica do Brasil*, levou a história para a economia. Pouco a pouco, nesta englobou os valores maiores da vida, do cotidiano, das necessidades espirituais e intelectuais, ensaiando assim, um entendimento plural do subdesenvolvimento para buscar a sua superação. Alargou seu enfoque e, ao mesmo tempo foi diminuindo a prevalência da economia em favor da cultura (D'Aguiar, 2012, p. 9-10).

Assim como a teoria da formação econômica e social do Brasil possui diversas interpretações diferentes, a teoria do desenvolvimento econômico também possui vertentes e bases diferentes para explicar como um país ou uma nação consegue se tornar desenvolvida economicamente. Segundo Furtado (2016 [1961], p.25), a teoria do desenvolvimento econômico “trata de explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção”. Isto é, entender as dinâmicas de como e por que as economias crescem e se transformam, acontecendo, principalmente, na economia como um todo.

Alguns economistas clássicos também se preocuparam em refletir e teorizar sobre as ideias do desenvolvimento econômico. No que tange à tradição econômica dominante, Rostow, Schumpeter e Adam Smith, o desenvolvimento econômico é tratado como um processo linear, ou seja, permeia a ideia de que o desenvolvimento seria uma etapa que poderia ser alcançada, caso seguissem os passos necessários. De acordo com Rostow, em sua obra *“The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto”*, publicada no ano de

1960, conforme Conceição, Oliveira e Souza (2017), o desenvolvimento econômico em uma sociedade capitalista aconteceria por meio de cinco etapas, sendo a primeira etapa a “Sociedade tradicional”, a segunda etapa “as condições para o arranco”, a terceira etapa “O arranco”, a quarta etapa “a marcha para a maturidade” e, por fim, a quinta etapa “a era do consumo em massa”. No pensamento de Rostow, o subdesenvolvimento seria apenas uma etapa atrasada no que se refere às etapas do processo de desenvolvimento econômico, o que também possibilitava identificar em qual etapa do desenvolvimento uma nação estaria.

Além de Walt Whitman Rostow, outro economista que também se preocupava com as questões do desenvolvimento econômico é Joseph Schumpeter. De acordo com Pivoto, Caruso e Nierdele (2017), “o aspecto fundamental do desenvolvimento econômico diz respeito ao processo de inovação e as suas consequências na organização dos sistemas produtivos”, isso mostra que a visão de Schumpeter sobre a questão do desenvolvimento paira sobre a ideia de que a partir do momento que novos produtos estão sendo produzidos isso levará ao crescimento econômico. Percebe-se que esses autores da economia voltados para a economia clássica entendem a área como uma ciência exata, ou seja, seria um acontecido que poderia seguir etapas que seriam bem-sucedidas e alcançariam o seu objetivo inicial de uma fase de pleno desenvolvimento econômico e deixariam de ser nações subdesenvolvidas.

Os economistas clássicos, não resta dúvida, parecem sempre ter em vista, na construção de seus esquemas, economias em desenvolvimento. Em Adam Smith essa ideia de desenvolvimento surge explicitamente e de forma dogmática. O progresso econômico pareceria ser um fenômeno natural e que ocorria em “quase todas as nações... mesmo naquelas que não têm desfrutado governos mais prudentes e parcimoniosos” (Furtado, 2016, [1961] p.34).

É esta ideia de universalização do processo de desenvolvimento econômico expressada pelo pensamento econômico clássico, no qual deveria ser um processo linear e natural, que Celso Furtado se propôs a questionar para construir a sua crítica. De acordo com Rodriguez (2009), Furtado discordava dessa ideia de subdesenvolvimento proposta pelos economistas liberais. Furtado (2016 [1961]) afirma que o desenvolvimento econômico não pode ser uma teoria universal que pode ser utilizada como uma fórmula que seja capaz de ser utilizada e alcançada em qualquer nação ou espaço, pois tem uma dimensão histórica, na qual cada economia enfrenta suas particularidades e problemas.

Furtado também reflete sobre essa temática em sua obra “O Mito do Desenvolvimento Econômico”, publicada, pela primeira vez, no ano de 1974. Para ele, o desenvolvimento econômico não ocorreria da mesma forma em todas as economias, pois cada país é único e passa por um processo histórico e cultural diferente, e isso deve ser levado em consideração.

Ou seja, nem todos os países poderiam acessar o desenvolvimento e muito menos os mesmos modos de consumo dos países centrais, surgindo daí a ideia de que a teoria do desenvolvimento, baseada nos ideais clássicos, não passava de um mito (Furtado, 1974). Ainda para Furtado (1974), a gênese do subdesenvolvimento não estaria ligada a um processo linear, porque estaria relacionado aos aumentos da produtividade do trabalho visando obter vantagens comparativas no comércio internacional.

A “lei das vantagens comparativas” tão bem ilustradas por Ricardo com o caso do comércio anglo-lusitano, proporcionava uma justificação sólida da especialização internacional, mas deixava na sombra tanto a extrema disparidade na difusão do progresso nas técnicas de produção como o fato de que o novo excedente criado na periferia não se conectava com o processo de formação de capital. Esse excedente era principalmente destinado a financiar a difusão, na periferia, dos novos padrões de consumo que estavam surgindo no centro do sistema econômico mundial em formação (Furtado, 1974, p. 79).

Isso mostra que essas teorias ignoram pontos importantes, um deles é que o progresso técnico, na industrialização periférica, se propaga de forma totalmente desigual entre os países que fazem parte do comércio internacional. Essa desigualdade fazia com que o excedente produzido não fosse, de certa forma, investido para desenvolver a economia dos países periféricos, mas, sim, imitar padrões de consumo dos países centrais, gerando uma grande dinâmica de dependência. Esta dependência cultural, para Furtado (1974, p.80), “está na base do processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes”.

Nos esforços por elaborar uma teoria do subdesenvolvimento, Furtado imbrica em uma mesma análise processos que considera como indissociavelmente econômicos e sociopolíticos. Mas outra característica básica de seu enfoque, que o transforma em peculiar e único no contexto do pensamento latino-americano, consiste na extensão dessa análise ao tema da cultura, ou, mais propriamente, consiste em incluí-lo em uma análise geral da mesma. Na verdade, é através deste segundo “não reducionismo” que se procura entender o desenvolvimento em seu sentido mais amplo, como desenvolvimento cultural global (Rodriguez, 2009, p. 415).

Compreende-se, então, que esse processo de industrialização dos países periféricos leva a uma dinâmica em que o setor que produz utiliza muito capital e acaba gerando poucos empregos, do qual resulta um aumento das desigualdades sociais. Ao levar esse processo em consideração, verifica-se que o pensamento de Celso Furtado sobre o processo de subdesenvolvimento não consegue ser explicado apenas em aspectos econômicos, porque, para ele, esse processo deve ser analisado sob a ótica, também, de fatores sociais, políticos e culturais (Rodriguez, 2009).

Ao considerar que uma economia deve ser analisada por múltiplos olhares, não somente o econômico, Furtado adicionava um “quê” de abstração no seu pensamento. De acordo com Rodriguez (2009), o aspecto mais original do seu pensamento entre os

estruturalistas latino-americanos, era a sua persistência em buscar explicar o fenômeno do subdesenvolvimento, indissociando aspectos econômicos e sociopolíticos, pois incluía o fator cultural em sua análise.

O tema da cultura permeou as reflexões de Furtado especialmente a partir dos anos de 1970. De acordo com Rosa D'Aguiar (2012), a cultura esteve presente em suas reflexões em quatro grandes momentos da sua vida, dividida em quatro fases: nos anos 1970, entre os anos de 1986 a 1988, entre os anos de 1992 a 1995 e, por fim, no fim dos anos de 1990 em 1997. Para ele, a cultura desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social de um país, sendo a cultura uma fonte de riqueza, que pode ser transformada em desenvolvimento econômico. Ela é, também, uma forma de expressão da identidade de um povo e, portanto, é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade.

A gama maravilhosa de culturas que já surgiram sobre a Terra testemunha o fabuloso potencial de inventividade do homem. Se algo sabemos do processo de criatividade cultural, é exatamente que as potencialidades do homem são insondáveis: em níveis de acumulação que hoje nos parecem extremamente baixos produziram-se civilizações que, em muitos aspectos, não foram superadas (Furtado, 2008, [1978] p.112)

Segundo Cunha e Brito (2018), a preocupação de Celso Furtado com a temática da cultura surgiu após os anos 1970, em um momento que o seu pensamento é redefinido por conta de uma conjuntura de crise em que passavam as teorias do desenvolvimento econômico. Para Bianconi e Ribeiro (2023), este momento marca o período em que a sua obra possui novos contornos, enfatizando especialmente a dimensão cultural e ambiental do desenvolvimento.

Esse primeiro momento em que a cultura passou a ser importante para Celso Furtado, apareceu em algumas de suas obras, inicialmente, como, por exemplo, o “Mito do Desenvolvimento Econômico” elaborado no ano de 1973, e de seu texto “Prefácio a Nova Economia Política” publicado no ano de 1976 e, por último, com a apresentação de ensaios que posteriormente estariam em sua obra “Criatividade e Dependência na civilização Industrial” publicado no ano de 1978, que de toda sua obra é o que mais aborda o tema cultural e já demonstrava seu olhar diferenciado para analisar a economia (Paglioto; Cunha, 2015).

Neste período, também foi lançado o filme-documentário “Choque Cultural”, lançado no ano de 1977. Segundo Bianconi e Ribeiro (2023), o filme-documentário “Choque Cultural” possui uma importância especial, pois é nessa produção que se pode encontrar um

momento em que Furtado revia suas concepções sobre as questões relacionadas ao desenvolvimento. Dessa maneira, o documentário exprime algo que vai além do comum quando se fala sobre entrevistas, pois Furtado apresenta sua visão de forma abrangente e didática e não aparecem perguntas, de fato.

De acordo com D'Aguiar (2012), ele já entendia, em seus textos, que a compreensão dos fenômenos econômicos exige que se olhe para além da matemática e exige um olhar mais amplo, incorporando várias variáveis. Furtado entendia que

o instrumental da economia era insuficiente para entender os problemas do Brasil e do mundo; e que seu uso generalizado, e até abusivo, da matemática, e dos grandes modelos econométricos, deixara de lado outras variáveis importantes no entendimento dos problemas sociais, como se as ciências sociais fossem meras ciências naturais (D'Aguiar, 2012, p.7).

Os anos de 1980 marcam a segunda fase em que o tema da cultura permeou os pensamentos de Furtado. Neste período, Furtado escreve o seu texto “Que Somos?” (1984), e também em sua obra “Cultura e Desenvolvimento em época de Crise”, publicado em 1984. Essas obras concentram suas ideias acerca do tema da cultura e desenvolvimento. Além disso, esse período também é importante, pois é quando Celso Furtado aceita o convite para estar à frente do Ministério da Cultura - MinC (1986 - 1988), no governo de José Sarney, no período de redemocratização do país. Importante ressaltar que o contexto da segunda fase de reflexão da cultura para Furtado, também inclui a implementação do Plano Cruzado e a elaboração da Constituição de 1988 (D'Aguiar, 2012).

O terceiro momento, marcando a terceira fase em que Furtado pensou sobre a Cultura, se deu na primeira metade da década de 1990, entre os anos de 1992 e 1995. Durante esse período, Celso Furtado participou da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento que foi estabelecida juntamente entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Agência especializada para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) (D'Aguiar, 2012).

O final dos anos de 1990 marca o quarto e último momento em que Furtado reflete sobre o tema da Cultura brasileira: trata-se do período que foi eleito para ocupar a cadeira de número 11 da Academia Brasileira de Letras (ABL), que, anteriormente, fora ocupada pelo sociólogo, antropólogo e professor Darcy Ribeiro. Apesar da sua formação diferente do homem de letras, estar na ABL fez com que Furtado trouxesse o olhar do cientista social para as suas análises (D'Aguiar, 2012). Mesmo sendo conhecido como um grande economista, a história e a literatura foram suas grandes paixões intelectuais e o acompanharam por toda a vida (Sousa, Theis, Barbosa, 2020).

A definição de cultura, segundo Celso Furtado, é explicitada em um dos textos

publicados na obra “Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura” no qual ele afirma que:

Cultura, para mim, é a dimensão qualitativa de tudo que cria o homem. E o que tem sentido profundo para o homem é sempre qualitativo. É recorrente que nos preocupemos com cultura, quando está se apresenta em suas formas mais significativas, quando o qualitativo nos escolta o espírito. Os objetos de arte, pelo fato de que incorporam uma mensagem que nos toca a sensibilidade, a imaginação, com frequência respondem a necessidades profundas de nosso espírito, aplacam nossa angústia de seres a um só tempo gregários e solitários. O homem, com seu gênio criativo, dá significação às coisas, e são essas coisas impregnadas de significação que constituem nossa cultura (Furtado, 2012 [1986], p.51)

Um marco importante do pensamento de Furtado é a primeira fase em que ele passa a incluir em sua teoria e refletir sobre a cultura, com o lançamento do livro “Criatividade e Dependência na Civilização Industrial”, publicado no ano de 1978. As primeiras páginas do prefácio do seu livro já expõem reflexões sobre a autoconsciência de Furtado da virada de chave do seu próprio pensamento sobre o desenvolvimento e da abstração que as suas reflexões tomaram ao incluir os aspectos da dimensão cultural e da criatividade para falar de desenvolvimento econômico.

As páginas que se seguem pretendem ser um antilivro-acadêmico. Os problemas aí abordados são demasiados amplos para caber nos tubos de ensaio das ciências sociais. O que não os impede de aparecerem nos tratados mais sisudos com disfarces ao gosto de cada um. O fio condutor é a perplexidade do Autor em face do mundo de sombras que contornam as minúsculas clareiras em que se arrincoam as ditas ciências. A essa perplexidade deve-se que o mesmo problema haja sido abordado de vários ângulos e que se insistam em descobrir a mesma realidade em muitos problemas. Se a matéria é imprecisa, os métodos insuficientes, como pretender linearidade na abertura do caminho? (Furtado, 1978, p.13).

O que Furtado almejava com essas reflexões era entender e refletir sobre a economia por múltiplas e diversas perspectivas, por isso a denominação do livro como “antilivro-acadêmico”. Os problemas que pairavam sobre a economia eram tão imensos e complexos que a única maneira que encontrou para entendê-los foi adicionando esta abstração, incluindo outros aspectos, não somente os econômicos.

No prefácio da obra “Criatividade e dependência”, de Celso Furtado, edição de 2008, Alfredo Bosi (2008) alega que Furtado buscava, de maneira holística e metafórica, entender as mazelas do mundo que as ciências sociais não conseguem explicar, sendo a dependência cultural uma delas. Para Celso Furtado, é necessária a busca pela autonomia cultural, uma vez que é através dela que o subdesenvolvimento é superado.

Neste sentido, Furtado (1978), entende que o desenvolvimento de uma sociedade depende de dois caminhos complementares: a cultura material e cultura não-material. A cultura material diz respeito ao avanço técnico e acumulação, já a cultura não-material está relacionada pelo campo das ideias e os valores que são construídos em uma sociedade.

Mesmo que as invenções tecnológicas da cultura material possuam grande importância no cenário econômico, o que realmente fará com que uma sociedade atinja o seu pleno desenvolvimento, é por meio das novas ideias, valores e novas formas de pensar (Rodríguez, 2009). Isto ocorre por meio do senso de criatividade do indivíduo através dos seus pensamentos e reflexões; quando fazem e criam arte; quando fazem ciência, ou, simplesmente, quando pensam sobre o sentido da vida. Sendo assim, a criatividade é um ingrediente nobre do processo de acumulação (Furtado, 1978).

Esta análise da cultura não material mostra como o ser humano possui uma imensa capacidade de inventividade. De acordo com Furtado, a capacidade criativa se mostra e floresce de acordo com uma estrutura social específica à que uma civilização pertence³. Dentro da civilização industrial, essa inventividade acaba sendo limitada, pois ela é sobreposta pela racionalidade da cultura material, isto é, para aquela racionalidade em que os meios técnicos e de acumulação, que servem somente a uma lógica dos objetivos de acumulação do capitalismo. Observa-se, então, que há uma diferença dos processos que ocorrem nos países centrais e nas periferias, uma vez que nos centros essa acumulação material andou de mãos dadas com ação política e conflitos sociais que liberou as forças criativas da sua população. Já nas sociedades que estão nas periferias as técnicas não acompanham as transformações sociais.

No que tange à realidade brasileira, de acordo com Bolaño (2015), Celso Furtado apresenta dois elementos primordiais na caracterização da cultura brasileira: para ele, a constituição do povo brasileiro será extremamente assimétrica, e as atividades mercantis, que comandavam todo processo econômico, permaneceram mediatizadas por agentes metropolitanos. Para Furtado (2012 [1984], p. 35), “a cultura brasileira um desdobramento da cultura europeia e um dos múltiplos frutos do processo de mutação da cultura europeia a partir do século XVI”, ou seja, trata-se de uma cultura formada por meio da dominação dos colonizadores e fortemente marcada por tal influência. Dessa maneira, todo o processo de acumulação da dinâmica comercial da colonização foi uma forma de frear o desenvolvimento econômico e social da cultura brasileira, demonstrando como as economias periféricas e, o Brasil, possuem uma dependência econômica e cultural imbricada ao longo da sua formação que influencia as dinâmicas econômicas, políticas, sociais e culturais.

As reflexões de Furtado sobre o tema da cultura também permeavam sentidos

³ Referimo-nos ao texto “Criatividade cultural e desenvolvimento dependente”, escrito em meados da década de 1970, publicado na obra “Ensaio sobre cultura e Ministério da Cultura”, organizada por Rosa Freire D’Aguiar, no ano de 2012.

filosóficos ligados à realidade, principalmente ao considerar uma crise existencial nos acontecimentos da sociedade brasileira em seu texto “Que somos” de 1984. Ali ele apresenta a necessidade de que a população brasileira passe a se questionar o que somos, o que nos une e o que nos identifica. Com isso, ele apresenta as sete teses sobre a cultura brasileira, no qual afirma que o mais importante é a cultura genuinamente brasileira que não possui influências exógenas e que não estão dependentes da imitação da cultura europeia, mas que exprime, principalmente, características da sociedade brasileira. Como um grande exemplo deste padrão de cultura genuinamente brasileira, Furtado cita o padrão de cultura Barroca que; para ele, o “barroco brasileiro era a expressão da sociedade como um todo. Sua mensagem atingia senhores e escravos” (Furtado, 2012 [1984], p.37-38). É somente por meio do reconhecimento e da busca de uma identidade brasileira nacional que será possível que haja um desenvolvimento econômico que esteja, também, ligado à autonomia da criatividade humana.

A visão holística do desenvolvimento para Furtado exprime a valorização da cultura popular para o desenvolvimento econômico, cultural e social dos países periféricos. Em “Criatividade cultural e desenvolvimento dependente”, Celso Furtado (2012, p.48) afirmaria que o “desenvolvimento é a expressão final da capacidade criativa de uma sociedade”, isto é, era importante estimular a cultura nacional, ou seja, canalizar as forças criativas, e se desprender da dependência cultural e econômica dos centros econômicos. E só emergirá uma cultura nacional e autêntica quando o país for capaz de resolver os seus problemas econômicos e levar em consideração os próprios caminhos da história nacional brasileira. É necessário que a presença da criatividade autêntica do povo seja capaz de romper com a dependência cultural e, para que isso aconteça, é necessária vontade política, vontade criativa e que a economia se torne mais justa socialmente para romper com a dependência externa.

4 O MINISTÉRIO DA CULTURA E O PENSAMENTO DE CELSO FURTADO

*“A gente não quer só comida
A gente quer comida, diversão e arte”
Comida - Titãs (1987)*

Se os países desenvolvidos produziram suas trajetórias apoiando-se em longas tradições culturais, Celso Furtado sabia que o Brasil só superaria o subdesenvolvimento canalizando as suas forças criativas. O Ministério da Cultura foi sua tentativa de transformar essa visão em política pública. O MinC possui como responsabilidade central a elaboração do planejamento e a execução das políticas nacionais de cultura e das artes; ou seja, é o principal fomentador, a nível federal, de políticas que promovam a cultura, o patrimônio público e o setor artístico (Brasil, 2025). Para Furtado, a existência desse ministério possuía um significado que ultrapassava as questões administrativas.

A participação de Furtado no Ministério da Cultura (MinC) é a expressão do encontro do eixo central de sua obra, no qual ele entende que o desenvolvimento não se trata apenas do viés econômico, mas é, principalmente, cultural e simbólico, envolvendo valores subjetivos. Partindo da sua ideia de que a capacidade criativa do ser humano é desenvolvida por meio da cultura material e não-material (Furtado, 1978), o ministério da cultura passa a ser, para Furtado, um vislumbre de buscar fomentar cultura não-material dos brasileiros e brasileiras em um período de redemocratização.

Historicamente, o tema da cultura não ocupou posição primordial na construção do Estado brasileiro. A primeira tentativa governamental voltada a implementar um Ministério que pensasse sobre os temas e problemas da Cultura no Brasil remete à primeira metade do século XX, no qual, durante o governo Vargas, especificamente no ano de 1930, foi instituído o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. O segundo momento marcante do percurso histórico do Ministério da Cultura, data o ano de 1953, neste ano o antigo Ministério da Saúde passa a ter um novo nome: Ministério da Educação e Cultura (MEC), dessa maneira o tema da educação e da cultura caminharam juntos por mais ou menos 20 anos, permanecendo a sua conexão até quando houve o período da redemocratização no país (Brasil, 2025).

Com isso, é possível observar que o tema da cultura em si não era uma preocupação central do Estado brasileiro ao longo da sua formação por não ter um ministério apenas para a cultura e, também, ao longo do século XX, para que se criasse um ministério específico para

tratar da cultura uma vez que, até então, o tema da cultura tratava-se de algo anexo a outros ministérios. A preocupação do governo brasileiro em criar um ministério específico para tratar das atividades relacionadas ao setor da cultura só foi uma preocupação no período da redemocratização do país, com o fim da ditadura militar, a partir do ano de 1985, mostrando que, até então, não era uma preocupação do Estado tratar sobre os assuntos culturais.

A intenção de criar um ministério específico para o setor da cultura, independente da Educação, intensificou-se a partir dos primeiros anos da década de 1980, no bojo do processo de democratização do Brasil. Com a expectativa do fim de mudança do regime militar, o clima de transição abria horizontes e perspectivas para que partidos políticos, artistas, intelectuais e gestores da atividade cultural buscassem novos espaços de interlocução por meio do campo da cultura. Aos poucos, crescia a mobilização desses atores no âmbito dos estados e municípios. Diante das oportunidades institucionais que caracterizam o período que antecede o final da ditadura, particularmente a partir de 1982, com as primeiras eleições diretas para os governos estaduais, mudanças nas políticas regionais propiciaram a criação de secretarias de Cultura, bem como de organizações voltadas a discussões de propostas e defesa de novas ideias nessa área (Ferron; Arruda, 2019, p.173).

Dessa maneira, passa a ser uma preocupação do Estado brasileiro fomentar as questões de políticas nacionais e a responsabilidade relacionadas à cultura, à arte e ao patrimônio público. Diferentemente do período que antecede a redemocratização, a arte e a cultura de protesto, na música, no cinema, na literatura e nas artes, foram toleradas ou negligenciadas em primeiro momento até serem atacadas pelos grupos paramilitares e pelo Estado por meio da censura (Brasil, 2022). Com a criação de um ministério que tratava de forma democrática a cultura, isso gerou, também, junto com o novo cenário político, um novo ar de mudanças e esperanças. O ministério como conhecemos hoje, nomeado Ministério da Cultura, foi criado no governo de José Sarney, no ano de 1985, por meio do decreto nº 91.144 de 15 de março de 1985.

A economia brasileira, antes do findar do regime militar, entre os anos de 1974 e 1984, pouco anos antes de Furtado assumir o MinC, passava por um grande esgotamento do modelo econômico que se instaurou no país desde os anos de 1950, e possuía uma grande característica de dependência com as importações no âmbito econômico estando suscetível a crises (Giambiagi et al., 2011). Este cenário aponta a necessidade de se pensar além do crescimento e acumulação econômica.

O período de implementação deste ministério voltado exclusivamente para as questões culturais e artísticas ocorreu em um momento específico da história do Brasil, pois se tratava de um período no qual se findava o regime militar e renascia a democracia após várias décadas de ditadura, a chamada “Nova República” que ocorreu entre os anos de 1985 a 1989, sob governo do presidente José Sarney. O período de redemocratização foi marcado por

diversos planos que buscavam estabilizar a economia do país, como, por exemplo, o Plano Cruzado de 1986 e o Plano Bresser de 1987 e, também, o período foi marcado pelo entusiasmo democrático das “Diretas já” (Giambiagi et al, 2011). Ainda segundo os autores, “mais do que um laboratório para experiências e teorias de como combater a inflação, a Nova República serviu de aprendizado, mostrando as dificuldades inerentes ao processo de redemocratização”.

No imaginário de milhões de brasileiros que iam às manifestações pelo direito de eleger o presidente da República, a democracia não apenas traria de volta as liberdades civis e políticas, como, também, o fim da inflação, o retorno do crescimento e a sonhada redistribuição de renda. O ambiente nacional, em suma, era de esperança e confiança na introdução de profundas mudanças (Giambiagi et al, 2011, p.98).

De acordo com Ângelo Oswaldo de Araújo Santos (2012), esse sentimento de esperança e de mudança que se instaurou sobre o cenário político e econômico do Brasil no fim dos anos de 1980 não se restringiu a apenas esse campo. O governo almejava mudanças no cenário político e econômico, mas também almejava a construção de um projeto cultural. No entanto, os desafios encontrados no âmbito econômico do país se estendia ao espectro da cultura, uma vez que apesar da criação do Ministério da Cultura no ano de 1985, o seu perfil ainda não tinha sido traçado e não se sabia quais seriam os caminhos que seriam cruzados devido à imprevisibilidade do cenário político e econômico do país no momento.

De acordo com Ângelo Santos, (2012), a primeira pessoa a estar à frente do MinC no período de redemocratização fora José Aparecido de Oliveira, secretário de Estado da Cultura no governo de Minas Gerais entre os anos de 1983 e 1984, quando Tancredo Neves anuncia o MinC, mas com a morte de Tancredo, José Sarney toma a si o poder de escolha do nome para a pasta. No governo de José Sarney, a primeira gestão é de Aluísio Pimenta, que dura pouco tempo. Após a breve gestão de Aluísio, José Sarney indica o nome de Celso Furtado para o Ministério da Cultura, e em fevereiro do ano de 1986 Furtado assume a pasta da Cultura.

Num contexto de incertezas, Celso Furtado era nome altamente confiável. Fernanda Montenegro e Oscar Niemeyer firmaram manifesto de apoio ao novo ministro. Visto como um clássico, “no sentido de identidade e o destino do Brasil”, ele trazia reconhecimento internacional raro entre os expoentes brasileiros. Aqueles que perguntavam o que um economista iria fazer na Cultura - seria uma ponte para a Fazenda? - não logravam perceber, de pronto, a importância e a grandeza da missão a que se entregava, depois do longo exílio, o homem de pensamento e ação que a Academia Brasileira de Letras receberia, mais tarde, como uma das expressões maiores da cultura do país e do mundo. “A obra de Furtado” sublinha Regina Nabuco, “percorre vários territórios do saber, que vão da teoria econômica à história, da teoria do desenvolvimento à política e à cultura” (Santos, 2012, p. 167).

À primeira vista, apesar do estranhamento da indicação do nome de um economista,

como Celso Furtado, para comandar o Ministério da Cultura, havia uma lógica em sua indicação para a pasta. A linha de pensamento de Furtado não se restringia apenas ao campo da teoria econômica ou à sua prática como economista, pois ele entendia que a cultura era uma parte importante para se entender a sociedade e para buscar o desenvolvimento econômico de um país. De acordo com Ângelo Santos, a experiência como economista e, também, como Ministro do Planejamento foi fundamental para o período nebuloso em que se encontrava o ministério, pois ele não era apenas um intelectual, mas, também, era um consagrado gestor.

Em seu discurso de posse como ministro, em fevereiro de 1986, Furtado mostrou como conduzir a pasta fazia sentido. A cultura, para ele, não está relacionada apenas à herança de um acervo cultural, mas está intimamente ligada à “capacidade criativa do homem” ligada às questões subjetivas que dão sentido à existência humana. Ou seja, a dimensão cultural não se restringe às artes superiores ou belas artes, mas faz parte da vida ordinária e está em todos os momentos da vida, influenciando desde a organização do trabalho até as questões de habitação (Furtado, 2012 [1986]).

Furtado preocupou-se em perceber que a cultura, então, deve ocupar esses espaços. Se a cultura deve atravessar o cotidiano do povo, é necessário o seu dever de fazer parte essencial da vida dos trabalhadores, uma vez que a maior parte do seu tempo é dedicada ao trabalho. Parte, daí, a necessidade de, também, criar meios de fomentar a política cultural também dentro do universo do trabalho e não somente fora deste ambiente, como, por exemplo, o lazer fora dele. Como nesta civilização industrial o ser humano é transformado em instrumento em prol da acumulação, se torna totalmente necessário a sua transformação por meio do resgate da sua dimensão humana e criativa (Furtado, 2012 [1986]).

Em um período de redemocratização, segundo Furtado (2012 [1986]), “criar condições para que a criatividade seja exercida em sua plenitude é a essência da democracia”. E dessa forma, segundo o discurso de Furtado, é importante e cabe a criação de um Ministério da Cultura no Brasil naquele momento. Essa instituição, para ele, é uma conquista coletiva e deve ser um instrumento de formação de uma sociedade livre, criativa e consciente.

A ação de Celso Furtado no Ministério da Cultura mostrou sua concepção de que o desenvolvimento está intrinsecamente relacionado à dimensão cultural. Em seu texto, de 1987, onde apresentou o balanço das realizações do seu mandato ele afirma que a sua ideia de política cultural parte do pressuposto de que riqueza material não gera qualidade de vida para a população, isto é, trata-se de um processo complexo, pois grande parte da população fica, ainda, presa aos padrões culturais dominantes que podem limitar suas possibilidades criativas.

Com isso, observa-se que a sua práxis durante seu mandato como ministro estava voltada para uma supervisão e uma política de crítica aos modelos de desenvolvimento clássicos.

Nesse sentido, segundo Furtado (1984), era essencial que as políticas públicas derivassem da ideia de que o desenvolvimento deveria transformar e melhorar a qualidade de vida das populações, realizando suas potencialidades criativas.

Um maior acesso a bens culturais também melhora a qualidade de vida dos membros da coletividade, mas, se fomentado indiscriminadamente, pode frustrar formas de criatividade, mutilando a cultura. [...] Em nossa época de intensa comercialização de todas as dimensões da vida social o objetivo central de uma política cultural deveria ser a libertação das forças criativas da sociedade. Não se trata de monitorar a atividade criativa, e sim abrir espaço para que ela floresça. Necessitamos de instrumentos para remover os obstáculos à atividade criativa, venham eles de instituições venerandas que se dizem guardiãs da herança cultural, de comerciantes travestidos de mecenas ou do poder burocrático. Trata-se, em síntese, de defender a liberdade de criar, certamente a mais vigiada e coitada de todas as formas de liberdade. Portanto, uma verdadeira política cultural terá de ser conquistada e preservada pelo esforço e vigilância daqueles que creem no gênio criativo de nossa cultura (Furtado, 2012 [1984], p. 41).

Baseada no pensamento de incentivar a liberar as forças criativas na população brasileira, a ação do ministro foi pautada, incentivando a preservação do patrimônio histórico, o estímulo à produção cultural, apoio à atividade cultural e estímulo à difusão e ao intercâmbio cultural, conforme o Quadro 1. Com isso, por meio das políticas culturais, Furtado vislumbrou uma possibilidade de colocar as suas teorias sobre a dimensão cultural do desenvolvimento em prática. Uma das formas de também colocar essas políticas e acessos em prática, foi por meio da criação e elaboração da Lei Sarney de julho de 1986 de incentivos fiscais à aplicação de recursos na área cultural. Segundo Furtado (2012, [1987]), a Lei Sarney foi uma grande contribuição para o desenvolvimento cultural e é “um desafio para que a própria cidadania assuma as atividades culturais”.

Quadro 1 - Objetivos e Ações das Políticas Culturais do Ministério da Cultura (1986-1987).

Área Cultural	Objetivo	Ação
Patrimônio Cultural	Reativar centros históricos, preservando a sua identidade cultural	1- Obtenção de recursos financeiros de maior porte, apelando para o concurso de agências especializadas internacionais; 2 - No ano de 1986 foram completas 500 obras e ações empreendidas; 3 - Cadastro de todos os bens móveis de grande valor que ainda estavam em catalogação, estando sujeito a riscos em museus e igrejas do país; 4 - Apoio a sociedade civil para inventariar e preservar centenas de arquivos e documentos.

Criatividade Cultural	Corte de custos da área	1 - Ampliação do estímulo estatal ao setor das artes cênicas; 2 - Assegurar a locação de salas a preços reduzidos e proporcionando transporte subsidiado para excursões em todo país.
Música	Assegurar a circulação das orquestras, facilitando o acesso de da população a esse instrumento.	1- Foi lançado um programa de apoio às orquestras sinfônicas de todo país que estavam ameaçadas de desaparecimento devido os custos elevados.
Cinema e Vídeo	Incentivar a criatividade e facilitar o surgimento de indústria cinematográfica apoiada nos mercados interno e externo.	1 - Promoção da reformulação do setor, para assegurar que as normas que regem o mercado sejam cumpridas; 2 - Ampliação do apoio técnico aos profissionais.
Livros/ Leitura	Preocupação com a ação descentralizadora, visando estimular, nas regiões, a criatividade literária, através de prêmios e concursos.	1 - Apoio a bibliotecas públicas e nos programas que visam a criação de pontos de venda de livros. 2 - Doação de livros por parte das editoras, incentivada pela Lei Sarney. 3 - Projeto-piloto, iniciado em MG, para fornecer às bibliotecas públicas condições para implementar uma dezena de bibliotecas-polo.
Artes Plástica/ Fotografia	Descentralizar as atividades a fim de prestigiar e valorizar a criatividade nas regiões do Brasil	1 - Criação de Salões de Artes Plásticas em cinco capitais regionais; 2 - Divulgação em escala nacional da produção fotográfica, montando exposições nas regiões do país, oferecendo cursos de aperfeiçoamento. 3 - Criação de uma agência para distribuir pelo país a produção de história em quadrinhos.
Museus	Criação de Sistema Nacional de Museus para traçar as diretrizes de política global	1 - Parceria com o Ministério da Justiça, para reforçar os sistemas de segurança de museus e igrejas; 2 - Obras de restauração foram aceleradas

Fonte: Elaborada pela autora com base nas informações no texto de Furtado de 1987 sobre o balanço das realizações no MinC (Furtado, 2012, [1987]).

As suas ações implementadas por meio de política cultural mostram que ele buscou seguir uma lógica voltada à preservação das raízes culturais do Brasil e, também, ao fortalecimento da criatividade da população, principalmente porque o seu pensamento estava, também, pautado em na dimensão cultural do desenvolvimento econômico. Além disso, é visível como a democratização das artes, da leitura, da música e do cinema estavam presentes em suas ações. Dessa maneira, as políticas culturais de Furtado quando foi Ministro da Cultura mostraram como a sua prática está alinhada com a sua teoria de fomentar a criatividade de todas as camadas da sociedade e da democratização de acesso, pilares fundamentais para a superação do subdesenvolvimento. Para Furtado (2012, [1987]), em um país tão desigual como o Brasil, o grande objetivo do Ministério da Cultura era valorizar a

cultura, buscar formas de melhorar a qualidade de vida das populações mais vulneráveis, uma vez que os seres humanos possuem necessidades além das fisiológicas de comer, trabalhar e habitar, com isso, é necessário buscar liberar as forças criativas.

Através do seu trabalho no Ministério da Cultura, viu-se, que Furtado não apenas fomentou uma série de políticas culturais, mas, também, pode utilizar o MinC como ferramenta e colocar em prática a dimensão mais profunda e madura da sua intelectualidade, que acreditava na manifestação e no incentivo às forças criativas da população, por meio do incentivo a cultura e preservação da identidade coletiva, incentivo à liberdade, pois para ele, isso traz qualidade de vida. O Ministério da Cultura representou a materialização mais profunda do seu desejo de superação do subdesenvolvimento, para que o Brasil possa atingir, em algum momento, o pleno desenvolvimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2025 marca o aniversário de 40 anos de existência do Ministério da Cultura, desde a sua criação no ano de 1985, no governo de José Sarney. A Cultura, sempre subjugada ao longo da história do país, precisa ter a sua trajetória reconhecida como parte fundamental do processo de construção nacional. Um país marcado por profundas desigualdades sociais e raciais, e sofrimento de seu povo devido ao processo de colonização desde a sua formação, precisa reconhecer que a cultura deve fazer parte da política do Estado. A política cultural precisa ser defendida e protegida, pois é através dela que o povo brasileiro terá as suas forças criativas libertas visando a sua própria autonomia e transformação.

Ao observar o que construiu a formação econômica e social do Brasil, é evidente que a sua história se fez sob os ideais puramente econômicos, uma vez que o país foi, em toda a sua formação, visto como uma empresa que gera lucros para a metrópole e, posteriormente, participou de uma lógica internacional de vantagens comparativas que se tornou vantajoso apenas para os países centrais. Este acontecimento não organizou somente os moldes produtivos, mas principalmente sensibilidades, valores, formas de ver o mundo, ou seja, moldou o ideário da população brasileira.

Com isso, ao levar em consideração os objetivos centrais deste estudo, de entender a formação cultural e econômica do Brasil, entender a importância da cultura no pensamento de Celso Furtado em suas obras que abordam a cultura e como o seu pensamento se reflete na sua prática e discursos, quando atuou como Ministro da Cultura, no fim da década de 1980, observa-se como o pensamento de Furtado é permeado pelo tema da cultura e como ele é importante para entender a realidade social, econômica e cultural do Brasil.

Falar sobre o tema cultural em uma área funcionalista, como as Ciências Econômicas, pode soar incomum. No entanto, o pensamento de Furtado consegue exprimir a importância de se considerar não apenas aspectos econômicos nas análises e nos estudos voltados à economia, uma vez que a estrutura econômica é construída também por pessoas. Ao considerar a complexidade das relações sociais, políticas, culturais e econômicas, o seu pensamento se faz único, pois essas complexidades também exprimem a complexidade do ser humano que é agente principal destas dinâmicas.

O debate acerca do tema nos mostra a atualidade e atemporalidade da temática cultural no pensamento de Celso Furtado. Para ele, o grande objetivo de um Ministério da Cultura era o de ser ferramenta para canalizar as forças criativas da população e buscar melhorar a

qualidade de vida das populações e das camadas mais vulneráveis da sociedade. Ele criticava pensamentos de desenvolvimento econômico que acreditavam que para se chegar ao desenvolvimento era necessária apenas acumulação de riquezas. Isto é, a importância do Ministério estava na possibilidade de colocar em prática todo o seu pensamento sobre cultura e desenvolvimento, uma vez que o seu pensamento partia do pressuposto de que a valorização da cultura e o incentivo à criatividade fazem parte do processo de desenvolvimento tanto quanto a parte econômica, sendo inseparáveis.

A partir disso, pode surgir o questionamento: qual a importância de resgatar a discussão acerca da importância do encadeamento dos temas sobre a dimensão cultural e o desenvolvimento nos dias de hoje? Considerando que a lógica do sistema econômico presente no país ainda continua regido por um viés economicista, isso respinga nas políticas que são feitas no país. O Ministério da Cultura, tão importante na visão de Celso Furtado, foi questionado e extinto diversas vezes depois que Furtado deixou a pasta. Em 1990 ele foi dissolvido no governo de Fernando Collor; em 2016, com após o impeachment de Dilma Rousseff, houve uma nova tentativa de extinção. Em 2019, no governo de Jair Bolsonaro, o seu fim também foi anunciado (Brasil, 2023).

O Ministério da Cultura possuiu grande importância para a práxis do pensamento e teoria de Celso Furtado e a sua herança foi mostrar que era possível fazer política cultural mesmo em um momento de transição de um governo autoritário. A atemporalidade da teoria furtadiana está em que ele entende a complexidade das dinâmicas sociais, culturais, políticas e econômicas para se entender as dinâmicas de um país, e que todas elas devem ser consideradas, não somente a econômica.

Observa-se que na formação do Brasil a temática da cultura esteve, em grande parte, ausente e marginalizada mesmo depois da redemocratização. A dimensão cultural, por meio do Ministério da Cultura, tem sido constantemente questionada, extinta e relegada a segundo plano. Dessa maneira, se torna inevitável o questionamento: a quem interessa o fim de um ministério que é responsável por fomentar não somente herança cultural e lazer, mas também liberar as forças criativas da população brasileira, como sempre defendia e acreditava Celso Furtado? Certamente não interessa ao povo brasileiro essa inconsistência, pois o Ministério da Cultura representa uma importante ferramenta de valorização cultural, autonomia criativa e melhoria da qualidade de vida do povo.

A cultura é um pilar de grande importância para a formulação da teoria do desenvolvimento econômico para Furtado. Resgatar a reflexão da centralidade da cultura para o desenvolvimento econômico nacional, não se trata apenas de um mero exercício histórico,

mas é preciso enxergá-la como uma necessidade política e social na realidade do Brasil. O aniversário de 40 anos do Ministério da Cultura pode ser compreendido como um momento de reflexão da presença de modelos de desenvolvimento restrito às lógicas economicistas que colocaram em segundo plano a cultura em diversos momentos da história do Brasil, mesmo com o reconhecimento da cultura como parte essencial da vida e da emancipação dos indivíduos. Portanto, é de extrema importância reafirmar a cultura como política de Estado. Reafirmar isso, simboliza reconhecer o papel que as forças criativas possuem na construção de um país mais justo e mais democrático, e que este desenvolvimento se traduza em melhoria efetiva das condições de vida de toda população brasileira, sem distinção de gênero, raça e classe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- BIANCONI, Renata; RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Choque Cultural, notas sobre uma entrevista de Celso Furtado a Zelito Viana, 1975. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 84, p. 55-77, 2023. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/rieb/article/view/210998>> Acesso em: 25 nov. 2025.
- BOLAÑO, César. **Cultura e desenvolvimento: reflexões à luz de Furtado**. Salvador; Brasília: EDUFBA, 2015.
- BOLAÑO, César. **O conceito de cultura em Celso Furtado**. Salvador: EDUFBA, 2015.
- BORJA, B. Desenvolvimento e política cultural: reflexões de Celso Furtado no caminho do Ministério da Cultura. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, vol 14, n. 25, p. 39-56, jul.-dez. 2019.
- BOSI, Alfredo. Celso Furtado: rumo a uma visão holística. Prefácio. *In*: FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Apresentação. [Brasília, DF: Presidência da República, 2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/apresentacao>. Acesso em: 22 out. 2025.
- BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. A ditadura, as artes e a cultura. [Brasília, DF: Presidência da República, 2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/destaques/a-ditadura-as-artes-e-a-cultura>. Acesso em: 22 out. 2025.
- CANDIDO, Antônio. O significado de Raízes do Brasil. [1967]. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CANDIDO, Antônio. Post-Scriptum. [1986]. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CHOQUE Cultural. Direção de Zelito Viana. Rio de Janeiro: Mapa Filmes do Brasil, 1977. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TW1ghDYEJQA&t=235s>> Acesso em: 21 de nov. 2025.
- CONCEIÇÃO, A; OLIVEIRA, C; SOUZA, D. Rostow e os estágios para o desenvolvimento. *In*: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. **Introdução as teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- COMIDA, Titãs, Arnaldo Antunes/Marcelo Fromer, Sérgio Britto. *In*: Jesus Não Tem Dentes no País dos Bangueles, Titãs, Warner Music (WEA), 1987. Disponível em: <<https://youtu.be/94SR1WNOHcw?list=RD94SR1WNOHcw>> Acesso em: 10 dez. 2025.

CUNHA, Alexandre; BRITTO, Gustavo. *When development meets culture: the contribution of Celso Furtado in the 1970s*. **Cambridge Journal of Economics**, v. 42, n. 1, p.177-198, 2018. Disponível em:

<<https://academic-oup-com.ez37.periodicos.capes.gov.br/cje/article/42/1/177/3111551>>

Acesso: 10 dez. 2025.

D'AGUIAR, R. F. (Org.) **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto/ centro Internacional Celso Furtado, 2012.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

FERRON, Fábio Maleronka; ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Cultura e política: a criação do Ministério da Cultura na redemocratização do Brasil. **Tempo Social revista de sociologia da USP**, v. 31, n.1, p.173-193, 2019.

FURTADO, Celso. A ação do Ministério da Cultura. [1987]. *In*: D'AGUIAR, R. F. (Org.) **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto/ centro Internacional Celso Furtado, 2012.

FURTADO, Celso. Criatividade cultural e desenvolvimento dependente. *In*: D'AGUIAR, R. F. (Org.) **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. Discurso de posse. [1986]. *In*: D'AGUIAR, R. F. (Org.) **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto/ centro Internacional Celso Furtado, 2012.

FURTADO, Celso. Que somos?. Prefácio. [1984] *In*: D'AGUIAR, R. F. (Org.) **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto/ centro Internacional Celso Furtado, 2012.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; DE CASTRO, Lavinia Barros; HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KILOMBA, Grada. Quem pode falar? Falando do centro, descolonizando o conhecimento. *In: Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

PAGLIOTO, Bárbara Freitas; CUNHA, Alexandre Mendes. Criatividade como liberdade: A relação entre cultura e desenvolvimento em Celso Furtado. *In: BOLAÑO, César. Cultura e desenvolvimento: reflexões à luz de Furtado*. Salvador; Brasília: EDUFBA, 2015.

PIVOTO, D; CARUSO, C; NIERDELE, P. Schumpeter e a teoria do desenvolvimento econômico. *In: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Introdução as teorias do desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global, 2015.

RODRIGUEZ, Octavio. Desenvolvimento e cultura: A perspectiva de Celso Furtado. *In: RODRIGUEZ, Octavio. O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, Angelo Oswaldo de Araújo Santos. Celso Furtado, Ministro da Cultura. *In: D'AGUIAR, R. F. (Org.) Ensaios sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto/ centro Internacional Celso Furtado, 2012.

SILVA, Roberto Pereira. A trajetória de um clássico: *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.20, n.2, p.443-448, 2011.

SOUSA, C; THEIS, I; BARBOSA, J. **Celso Furtado a esperança militante**. Campina Grande: EDUEPB, 2020.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. Leituras Brasileiras: Itinerários no pensamento social e na literatura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.